



# PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL NO MUNICÍPIO DE REALEZA-PR

CZECHOWSKI DE SOUZA, Bruno Mateus<sup>1</sup> FORIGO, Camila<sup>2</sup>

RESUMO: O correto dimensionamento e planejamento de um projeto de prevenção e combate a incêndio é de suma importância para qualquer edificação, desde que os sistemas de proteção sejam precisos, patrimônios e vidas podem ser salvas. Nesse contexto, este trabalho apresenta as medidas empregadas para o Centro de Referência de Controle da Qualidade de Alimentos da Universidade Federal da Fronteira Sul, no município de Realeza-PR, e as normas técnicas pertinentes da legislação vigente do estado do Paraná, que são a base principal para a sua fundamentação. O objeto deste estudo é o dimensionamento de um sistema de prevenção contra incêndio em uma construção nova, de ocupação educacional com foco voltado para laboratórios, apresentando as medidas de segurança exigidas pelo Corpo de Bombeiros para esta edificação. Por meio da elaboração do projeto, buscou-se a melhor distribuição e aplicação dos sistemas exigidos para que todas as medidas de segurança funcionem de forma eficaz e possam fornecer maior segurança aos usuários deste estabelecimento.

Palavras-chave: Incêndio. Laboratório. Prevenção. Projeto.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Discente, Curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Assis Gurgacz, Cascavel - PR. E-mail: bmcsouza@outlook.com.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>Docente, Mestre, Engenheira Civil, Centro Universitário Assis Gurgacz Cascavel - PR.

# 1. INTRODUÇÃO

O fogo foi a primeira forma de energia a ser manipulada pelo homem, que passou a utilizá-lo como instrumento essencial no seu cotidiano. Porém, quando toma grandes proporções e fica fora de controle, possui uma imensa capacidade de destruição, oferecendo grande risco aos seres humanos, seja pelo desabamento de estruturas, carbonização ou mesmo inalação da fumaça gerada na combustão dos materiais. Nesse contexto, o fogo é denominado incêndio e seus efeitos são devastadores, acarretam perdas patrimoniais e de vidas humanas (GOMES, 2014).

O tema combate a incêndio e pânico está se difundindo cada vez mais, por conseguinte, devido às causas de vários incêndios, que acarretaram perdas expressivas. Por isso, estão sendo criadas e atualizadas leis, normas técnicas e portarias mais severas, melhorando assim a segurança à vida, edificações e meio ambiente (CHAGAS, 2018).

Contudo, é fundamental que a vida humana seja protegida e se isso pode ser feito através de um estudo e um planejamento para a elaboração de um projeto de prevenção, é pertinente. Por essa razão, este tema também deve ser de domínio do profissional da área de engenharia civil.

O objetivo de desenvolver essa pesquisa, é, para sobretudo, evitar o sinistro e contêlo, visto que a correta elaboração do projeto é mensurada pela quantidade de incêndios evitados e não de incêndios contidos (BRASIL, 2016). Sendo assim, o tema foi escolhido por se tratar de um assunto de extrema importância, porque o ambiente escolar receberá todos os dias profissionais e alunos, exigindo que o estabelecimento preze pela segurança dos usuários.

Diante disso, com a correta classificação e implementação dos sistemas preventivos de incêndio em acordo com as exigências listadas no CSCIP, a instituição estará habilitada e adequada para a ocupação dos usuários de forma segura. Logo, serão reduzidas as probabilidades de se ocorrer um incêndio e, se caso ocorra, terá maior chance de manter a estabilidade da edificação, evitar a propagação das chamas e facilitar a evacuação de forma segura.

Para tanto, este trabalho busca a correta elaboração do projeto de prevenção e combate a incêndio de uma edificação de laboratórios de uma universidade, visando à eficácia das medidas de segurança a serem implementadas. O estudo será realizado no Centro de Referência de Controle da Qualidade de Alimentos da Universidade Federal da Fronteira Sul, um estabelecimento da rede de ensino pública, no município de Realeza, Paraná. A concepção do projeto será feita com base nas exigências dadas pelas suas classificações, conforme





estabelecido no Código de Segurança Contra Incêndio – CSCIP:2018 e os sistemas preventivos posicionados de maneira a atender as Normas de Procedimentos Técnicos do Corpo de Bombeiros do estado do Paraná.

A propósito, com esta pesquisa, questiona-se: Quais são as medidas de segurança exigidas na classificação da edificação pelo CSCIP do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Paraná (CBM-PR), para o laboratório da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Visando concretizar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram propostos:

- a) Extrair as informações pertinentes a partir do projeto arquitetônico;
- b) Verificar as necessidades de instalações de prevenção contra incêndio e pânico;
- c) Elaborar proposta de projeto de prevenção contra incêndio e pânico perante as normas do CBM-PR.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para uma melhor compreensão do tema, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o incêndio, maneiras de contê-lo e, sobretudo, a legislação e normatização referentes a cada medida de segurança para o estado do Paraná.

#### 2.1 O fogo

De acordo com a NBR 13860 (ABNT, 1997), o incêndio é caracterizado como fogo fora de controle, tem capacidade de causar grandes acidentes, tirar vidas e ocasionar enormes prejuízos materiais. Segundo Ferigolo (1977), para realizar a prevenção e o combate ao incêndio de forma correta, deve-se ter o conhecimento de como funciona sua mecânica, quais são as causas, como é formado, suas consequências e, principalmente, como dominá-lo.

O fogo ocorre através do processo químico de transformação resultante de uma reação química, que desprende luz e calor devido à combustão de diversos materiais. Essa reação é denominada combustão e só ocorre na presença simultânea de três elementos: combustível, calor e comburente (GOMES, 2014). Esses elementos formam o triângulo do fogo (Figura 1).

Figura 1: Triângulo do fogo.







Fonte: Manual de Prevenção e Combate a Princípios de Incêndio (2015).

É considerado combustível toda a substância capaz de queimar e alimentar a combustão. Os combustíveis podem ser sólidos (ex.: madeira, papel, plástico etc.), líquidos (ex.: gasolina, álcool, óleos etc.) ou gasosos (ex.: gás natural, monóxido de carbono e etc.) e a maioria precisa passar pelo estado gasoso para, então, produzir vapores inflamáveis capazes de se combinar com o oxigênio (PARANÁ, 2018).

O oxigênio, chamado de agente comburente, é o componente que ativa e alimenta as chamas. Quanto maior for a concentração de oxigênio no ambiente, mais intensas serão as chamas, gerando maior luminosidade e, consequentemente, desprendendo maior quantidade de calor (AITA e PEIXOTO, 2012).

Segundo Gomes (2014), o calor é o elemento que serve para dar início ao fogo, para mantê-lo e incentivar sua propagação. Pode ser resultado da ação da luz solar, queda de meteoros, raios, curtos circuitos em redes elétricas ou mesmo de descuidos humanos, como por exemplo, pontas de cigarros, aparelhos aquecedores, velas acesas e fósforos, entre outros.

Nesse sentido, a representação dos componentes do fogo como triângulo é reconhecida por ser usada como representação didática e usual. Existe ainda um quarto elemento, que é essencial para manter o fogo aceso: a reação química em cadeia. Por esse motivo, a representação correta seria do tetraedro ou quadrado do fogo (Figura 2).

Figura 2: Quadrado do fogo.







Fonte: Brentano (2007).

A reação química em cadeia, em outras palavras, é a transferência de calor de uma molécula do material em combustão para a molécula vizinha, que é aquecida e entra em combustão, assim sucessivamente, até que todo o material esteja em chamas (FAGUNDES, 2013).

#### 2.2 Maneiras de extinguir a chama

Levando em consideração o tetraedro do fogo e seus componentes, as maneiras de se extinguir um incêndio se baseiam na eliminação de um ou mais de um destes elementos citados anteriormente, interrompendo, portanto, a combustão dos materiais. Dentre essas opções, há o resfriamento, o abafamento, o isolamento e a quebra da reação em cadeia (CBMGO, 2016).

**Figura 3:** Extinção do fogo por resfriamento.



Fonte: Costa (2016).

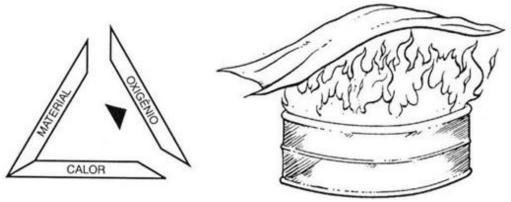
O resfriamento é o método de combate a incêndios mais utilizado, consiste em aplicar o agente extintor de forma que absorva mais calor do que o incêndio é capaz de produzir,





diminuindo a temperatura do combustível. O agente extintor mais comum a ser usado é a água (CBMGO, 2016).

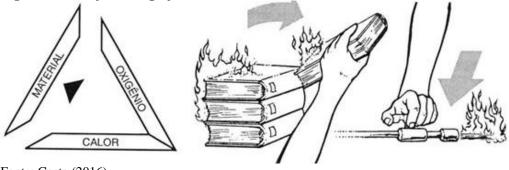
Figura 4: Extinção do fogo por abafamento.



Fonte: Costa (2016).

Segundo Richa (2019), o abafamento visa realizar a interrupção do fornecimento de comburente (oxigênio), diminuindo o poder de ação da combustão. Nesse caso, podem ser usados diversos agentes extintores, tais como, vapor de água, espumas, areia e terra, entre outros. Este método de combate, não funcionará com materiais que liberam oxigênio durante a sua combustão, o que irá autossustentar a chama. Um exemplo desse material é o fósforo branco.

Figura 5: Extinção do fogo por isolamento.



Fonte: Costa (2016).

A medida contra incêndio, denominada isolamento, é realizada através da retirada do combustível da reação. O Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (2013), destaca que existem duas técnicas, as quais contemplam esse método, sendo elas a retirada do material que está em combustão e também a retirada do material, que está próximo ao fogo e que deverá alimentar o





mesmo, se não for impedido, através de um dos métodos de propagação. Ademais, há ainda a técnica da quebra de reação em cadeia, que segundo Richa (2019), ocorre com a aplicação de substâncias químicas, como o Halon, um agente extintor de compostos químicos formados por elementos halogênios (flúor, cloro, bromo e iodo), que agem sobre a chama a impedindo de continuar a quebra das moléculas do combustível.

Contemplando todas essas medidas contra a propagação e crescimento dos princípios de incêndio, existem as proteções instaladas na edificação, que podem ser divididas em duas classes. A proteção passiva, que ocorre de forma independente, sem a necessidade de intervenção de pessoas e, a proteção ativa, que por sua vez, necessita da ação do ser humano para ser realizada.

Brentano (2007), explica que a proteção passiva envolve as formas de proteção, as quais são previstas no projeto para reduzir a chance de ocorrer o princípio de incêndio. No entanto, caso venha a acontecer, a proteção passiva interrompe a sua propagação, com o objetivo de evitar a exposição dos usuários e do próprio estabelecimento. Essas medidas são previstas na fase de projeto da edificação por meio do isolamento ou correta distribuição dos materiais capazes de provocar incêndios, proteção das aberturas entre ambientes pela compartimentação horizontal e vertical, controle de materiais de acabamento e revestimento, escadas protegidas, sinalização e iluminação de emergência nas rotas de fuga.

As medidas de proteção ativas têm como objetivo controlar o fogo ou minimizar os seus efeitos mediante alguma ação realizada por uma pessoa ou por um equipamento automático. Como exemplos de sistemas ativos, Ono (2007), destaca o sistema de hidrantes, os chuveiros automáticos, o sistema de alarme e os extintores de incêndio, entre outros.

#### 2.3 Classes de incêndio

De acordo com Gomes (2014), os incêndios são classificados conforme o tipo de materiais nele envolvidos e a situação em que se encontram. A classificação foi elaborada pela NFPA — Associação Nacional de Proteção a Incêndios dos EUA e adotada pela ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas e Corpo de Bombeiros Militar, a qual determina o tipo de agente extintor, que melhor se adequará para realizar a contenção e extinção do incêndio.





- Classe A: é determinada por incêndios em materiais sólidos combustíveis, que queimam em profundidade e superfície, é caracterizado pelas cinzas e brasas residuais da queima dos mesmos; como por exemplo, o papel, tecido, algodão, borracha e madeira, entre outros. O melhor e mais eficaz método de extinção é o resfriamento, podendo ser utilizado o extintor portátil carregado com água e o extintor de pó químico seco ABC, que tem esse nome devido ao fato de ser eficaz na contenção destas três classes de incêndio (BUCKA, 2014);
- Classe B: assim são classificados os incêndios em líquidos, gases inflamáveis ou sólidos que se liquefazem. São exemplos desses materiais o óleo, álcool, a gasolina, querosene, graxas, tintas e gás liquefeito de petróleo. Segundo Gomes (2014), essa classe é caracterizada por não deixar resíduos e queimar apenas na superfície exposta e o método mais correto a ser usado é o abafamento, em que podem ser utilizados os extintores de pó químico seco BC e ABC e espuma, não se deve usar a água;
- Classe C: de acordo com Cassol e Denardi (2018), esta classe envolve os incêndios em equipamentos elétricos ligados e que exigem um tipo de extintor, que não seja condutor de eletricidade, sendo assim, é recomendado que se use o extintor de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) ou ainda o de pó químico seco BC ou ABC.
- Classe D: é o incêndio que envolve metais pirofóricos, ou que tem maior facilidade de entrar em combustão comparado a outros; são exemplos desta classe, o magnésio, potássio, alumínio em pó, zinco, sódios, zircônio, lítio, entre outros. Segundo Bednarczuk (2013), para conter incêndios envolvendo estes elementos, é necessário fazer uso de agentes extintores especiais, que se fundem quando entram em contato com o combustível, formando uma capa que isola o ar atmosférico, interrompendo assim, a combustão.
- Classe K: incêndio que envolve óleo vegetal e gordura animal, tendo como exemplo de ambientes, as cozinhas comerciais ou industriais. Segundo Gomes (2014), essa classe ainda é pouco conhecida no Brasil e o melhor método para combatê-la é por abafamento e nunca com água.
- A Figura 6 relaciona as classes de incêndio com os respectivos agentes extintores usados para combatê-los.





Figura 6: Classes de incêndio e seus agentes extintores.

CLASSES DE		TIPO DE EXTINTOR								
	CÊNDIO	ÁGUA	ESPUMA	CO2	ВС	ABC	FE36	UNIDADE EXTINTORA CLASSE K	UNIDADE EXTINTORA CLASSE D	
A	PAPEL MADEIRA TECIDO BORRACHA FIBRAS	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	
B	GASOLINA QUEROSENE ÓLEO SOLVENTES G.L.P.	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	
	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS ENERGIZADOS	NÃO (CONDUZ CORRENTE)	NÃO (CONDUZ CORRENTE)	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	
D	PÓ DE ALUMÍNIO MAGNÉSIO ZIRCÔNIO POTÁCIO TITÂNIO	NÃO (PODE PROVOCAR EXPLOSÃO)	NÃO (PODE PROVOCAR EXPLOSÃO)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	
K SSS	ÓLEO GORDURA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO*	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	

Fonte: Bucka (2014).

## 2.2 Legislação e normatização brasileira

Atualmente, no Brasil, no que tange à prevenção e combate a incêndio, os estados seguem as suas próprias leis. É por meio das Normas de Procedimentos Técnicos, assim chamadas no estado do Paraná, que o Corpo de Bombeiros fornece as recomendações e impõe as suas exigências em relação às medidas de segurança pertencentes a cada edificação.

Nesse sentido, no estado do Paraná, é disponibilizado o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, que entrou em vigor na data de 08 de janeiro de 2012, conforme Portaria do Comando do Corpo de Bombeiros nº 002/2011 de 08 de outubro de 2011, sendo posteriormente alterado e atualizado na data de 04 de dezembro de 2018, conforme Portaria do Comando do Corpo de Bombeiros nº 056/2018 de 04 de





dezembro de 2018. E a Lei 19.449, de 05 de abril de 2018, que regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres, conforme especifica (PARANÁ, 2020).

Segundo Brentano (2011), os principais objetivos do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio deve ser a proteção à vida humana, ao patrimônio e ao meio ambiente. A elaboração do projeto de prevenção deve ser baseada em duas ideias básicas:

- Evitar o princípio de incêndio;
- Caso ocorra o incêndio, ter uma edificação preparada para combatê-lo de forma eficaz, permitindo a desocupação da edificação com agilidade e segurança.

No universo de trabalho de profissionais da Engenharia Civil, há uma infinidade de normas técnicas a serem seguidas em cada disciplina, sendo vital a sua consulta sempre que for iniciado um novo projeto, devido às constantes atualizações das normas e para a área de prevenção contra incêndios, não é diferente.

#### 3. METODOLOGIA

## 3.1 Tipo de estudo e local da pesquisa

Trata-se do desenvolvimento do projeto preventivo contra incêndio com anterior embasamento nas normas do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CSCIP) do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Paraná (CBMPR). A pesquisa visa extrair informações do projeto arquitetônico disponibilizado, realizar as classificações da edificação e aplicar na elaboração do projeto conforme Apêndice I, dimensionando as medidas de segurança pertinentes a cada setor do estabelecimento.

#### 3.2 Caracterização da amostra

O objeto de pesquisa é um laboratório da Universidade Federal da Fronteira Sul, uma instituição da rede pública de ensino localizada na Avenida Edmundo Gaievski, 1000 – Área Rural, no município de Realeza – PR, como representado na Figura 7. O laboratório possui





apenas um pavimento com área 1.352,24 m² (mil trezentos e cinquenta e dois vírgula vinte quatro metros quadrados).

Figura 7: Localização da instituição.



Fonte: Google Maps (2020).

#### 3.3 Instrumentos e procedimentos

A coleta de dados foi realizada a partir de projeto arquitetônico disponibilizado, informações sobre o uso de cada ambiente, a área da edificação como um todo e da área a ser protegida conforme preconiza a legislação do CBMPR, buscou-se também as medidas entre as edificações para cálculo de isolamento de risco, se haverá armazenamento ou manipulação de produtos químicos e/ou inflamáveis e como será a entrada de energia na edificação, para realizar análise frente às Normas de Procedimentos Técnicos referentes a cada medida de segurança a ser aplicada no estabelecimento.





#### 3.4 Análise dos dados

Com o respaldo de informações e baseando-se no CSCIP foi iniciada a classificação da edificação quanto ao uso e ocupação, tipo de edificação conforme a altura e grau de risco conforme carga de incêndio. Por meio dessas classificações, foram estabelecidas quais medidas de segurança a edificação irá contemplar. Em seguida, foi feito um estudo em consonância às Normas de Procedimentos Técnicos (NPT) de cada medida de segurança para melhor tratar de cada assunto e realizar o projeto de prevenção contra incêndio e pânico de maneira correta.

#### 4. RESULTADOS

## 4.1 Classificação da edificação

A primeira etapa ao iniciar a elaboração de um projeto de prevenção contra incêndio, é realizar a classificação da edificação quanto à ocupação, altura e quanto à carga de incêndio conforme estabelecido no CSCIP do estado do Paraná. O projeto em questão, trata de uma edificação nova com área de 1.352,24 m², a classificação quanto à ocupação ou uso é feita com base na atividade, que será desempenhada na edificação. Cada ocupação possui um grupo e algumas divisões para melhor especificar o tipo de atividade, como apresentado na Figura 8.

Figura 8: Classificação das edificações e áreas de risco quanto à ocupação.

	-		•	
		D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, instituições financeiras (que não estejam incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, centros profissionais, call center e assemelhados
D	Serviço	D-2	Agência bancária	Agências bancárias e assemelhados
150	profissional	D-3	Serviço de reparação (exceto os classificados em G-4)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros
		D-4	Laboratório	Laboratórios de análises clínicas sem internação, laboratórios químicos, fotográficos e assemelhados

Fonte: Tabela 1 – Classificação das edificações e áreas de risco quanto à ocupação CSCIP (2018).





Nesse caso, a atividade a ser desenvolvida nas dependências da edificação é a prestação de serviços profissionais em laboratórios químicos. Portanto, a edificação é enquadrada no grupo D, divisão D-4, como destacado na Figura 8. Para classificar a edificação quanto à altura, deve ser considerada a medida em metros, da laje mais baixa até a última laje pisante. Assim, a edificação em questão possui apenas um pavimento com pé direito de 4 metros, desse modo, é caracterizada como edificação térrea Tipo I, conforme ilustra a Figura 9.

Figura 9: Classificação da edificação quanto à altura.

Tipo	Denominação	Altura
- 1	Edificação Térrea	Um pavimento
II	Edificação Baixa	H ≤ 6,00 m
III	Edificação de Baixa-Média Altura	$6,00 \text{ m} \le H \le 12,00 \text{ m}$
IV	Edificação de Média Altura	12,00 m < H $\leq$ 23,00 m
V	Edificação Mediamente Alta	$23,00 \text{ m} \le H \le 30,00 \text{ m}$
VI	Edificação Alta	Acima de 30,00 m

Fonte: Tabela 2 – Classificação das edificações quanto à altura CSCIP (2018).

Após obter essas informações, foram relacionados o grupo e a divisão da edificação com a tabela de carga de incêndio específica por ocupação, conforme estabelecido na NPT 014/2018 – Carga de Incêndio nas edificações – Anexo A, para saber qual o potencial calorífico possível a ser liberado pela combustão dos materiais presentes nas edificações pertencentes a esse grupo, e classificá-la quanto à carga de incêndio, conforme apresentado na Figura 10.

Figura 10: Classificação quanto à carga de incêndio.

	Agências bancárias	D-2	300
	Agências de correios	D-1	400
	Centrais telefônicas	D-1	200
	Cabeleireiros	D-1	200
	Copiadora	D-1	400
	Encadernadoras	D-1	1000
	Escritórios	D-1	700
Serviços profissionais, pessoais e técnicos	Estúdios de rádio ou de televisão ou de fotografia	D-1	300
<b>P</b>	Laboratórios químicos	D-4	500
	Laboratórios (outros)	D-4	300
	Lavanderias	D-3	300
	Oficinas hidráulicas ou mecânicas	D-3	600
	Oficinas elétricas	D-3	200
	Oficinas elétricas Pinturas	D-3 D-3	200 500

Fonte: Anexo A – Tabela de carga de incêndio específica por ocupação NPT 014 – CBMPR (2018).





A carga de incêndio estabelecida pela ocupação predominante é de 500 MJ/m² (mega joule por metro quadrado), dessa forma, classificando a edificação como risco moderado. Após verificados estes itens, segue-se para a tabela 6D do CSCIP, exibida na Figura 11, para verificar quais medidas de segurança serão exigidas de acordo com a classificação.

Figura 11: Medidas de segurança exigidas.

Grupo de Ocupação e Uso		GRUPO D – SERVIÇOS PROFISSIONAIS							
Divisão			D-1, D-2,	D-3 e D-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	Classificação quanto à altura (em metros)								
	Térrea	H≤6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30			
Acesso de Viatura na Edificação	×	х	×	×	x	×			
Segurança Estrutural contra Incêndio	×	х	×	×	X	×			
Compartimentação Horizontal (áreas)	X¹	Χ¹	X1	X <sup>2</sup>	$X^2$	×			
Compartimentação Vertical	-		-	X <sup>6,7</sup>	X <sup>3</sup>	Xe			
Controle de Materiais de Acabamento	×	х	×	×	X	×			
Saídas de Emergência	×	х	×	×	×	Xs			
Plano de Emergência			-	-	-	X4			
Brigada de Incêndio	×	х	×	×	×	×			
Iluminação de Emergência	×	х	×	×	X	×			
Detecção de Incêndio			-	-	-	×			
Alarme de Incêndio	×	х	×	×	x	×			
Sinalização de Emergência	×	х	×	×	×	×			
Extintores	×	х	X	х	х	x			
Hidrante e Mangotinhos	×	х	X	x	x	×			
Chuveiros Automáticos	-			-		×			
Controle de Fumaça				-	-	X4			

Fonte: Tabela 6D - CSCIP (2018).

Conforme a classificação, as medidas de segurança exigidas para o projeto são: acesso de viatura, segurança estrutural contra incêndio, controle de materiais de acabamento, saídas de emergência, brigada de incêndio, iluminação de emergência, sistema de alarme de incêndio, sinalização de emergência, extintores de incêndio e proteção por hidrantes. Como a edificação possui área inferior a 5.000 metros quadrados, fica dispensada da compartimentação horizontal.





### 4.1.1 Acesso de viatura na edificação

O objetivo desta medida de segurança é estabelecer condições mínimas para o acesso da viatura do corpo de bombeiros nas edificações visando o emprego operacional do Corpo de Bombeiros Militar. Conforme estabelecido na NPT 006/2014 – Acesso de viatura na edificação e áreas de risco, para todos os estabelecimentos onde seja obrigatória a aplicação desta medida, devem possuir:

- Via de acesso com largura mínima de 6,0 metros;
- Suportar viaturas com peso de 25 toneladas distribuídas em dois eixos;
- Possuir uma altura livre mínima de 4,50 metros nas vias de acesso e portões;
- Acessos a estacionamentos devem ter no mínimo 4,0 metros de largura.

Para este estabelecimento, é exigido somente que o portão de acesso não restrinja a passagem do caminhão de bombeiros, atendendo, portanto, as medidas citadas. A viatura do Corpo de Bombeiros irá acessar a edificação pela Rua 03 e poderá adentrar ao estacionamento do prédio, pois este não possui obstáculos.

#### 4.1.2 Segurança estrutural contra incêndio

Esta medida de segurança exige condições a serem atendidas pelos elementos estruturais e de compartimentação, que constituem a edificação quanto aos Tempos de Requerimento de Resistência ao Fogo (TRRF) para que, em situação de incêndio, seja evitado o colapso da estrutura por tempo suficiente para que toda a população seja escoada para fora da edificação em local seguro.

As principais paredes desta edificação serão feitas em alvenaria de tijolos cerâmicos de oito furos com revestimento, conforme o Anexo B da NPT 008/2018. Essas paredes resistem até 2 horas para tijolo ½ vez e 4 horas para paredes com tijolo 1 vez. Para a edificação em questão, o TRRF a ser garantido é de 60 minutos, conforme o Anexo A, da mesma norma, porém o método construtivo a ser adotado está a favor da segurança.

#### 4.1.3 Controle de materiais de acabamento e revestimento





Esta medida de segurança pré-estabelece condições a serem atendidas pelos materiais de acabamento e revestimento empregados na edificação. O intuito é que na ocorrência do incêndio, restrinjam a propagação das chamas e minimizem o desenvolvimento da fumaça.

A classe de cada material é definida pelo fabricante em ensaios variados baseando-se em propagação da chama, indução por bico de chama, indução por calor, entre outros. No projeto em questão, as classes de materiais a serem empregadas serão as exibidas na Figura 12, conforme NPT 010/2014 – Controle de materiais de acabamento e de revestimento:

Figura 12: Aplicação do controle de materiais de acabamento e revestimento.

		FINALIDADE DO MATERIAL					
		Piso (Acabamento¹/Revestimento)	Parede e divisória (Acabamento²/Revestimento)	Teto e forro (Acabamento/Revestimento)			
	A3 <sup>6</sup> e Condomínios residenciais <sup>6</sup>	Classe I, II-A, III-A, IV-A ou V-A <sup>8</sup>	Classe I, II-A, III-A ou IV-A <sup>9</sup>	Classe I, II-A ou III-A <sup>7</sup>			
GRUPO/ DIVISÃO	B, D, E, G, H, I1, J- 1 <sup>4</sup> E J-2	Classe I, II-A, III-A ou IV-A	Classe I, II-A ou III-A <sup>10</sup>	Classe I ou II-A			
	C, F <sup>5</sup> , I-2, I-3, J-3, J-4, L-1, M-2 <sup>3</sup> E M-3	Classe I, II-A, III-A ou IV-A	Classe I ou II-A	Classe I ou II-A			

Fonte: Anexo B-Tabela de utilização dos materiais conforme classificação das ocupações NPT 010/14 (CBMPR).

#### 4.1.4 Saídas de emergência

A função do dimensionamento das saídas de emergência é garantir que a população consiga abandonar a edificação em caso de incêndio, completamente protegida em sua integridade física e permitir o acesso do corpo de bombeiros para realizar o devido combate ao fogo ou o resgate de pessoas (PARANÁ, 2016).

Por conseguinte, para o cálculo das saídas de emergência foram utilizados os valores de área útil, os espaços internos excluindo as áreas de paredes, banheiros, copas, circulações e vestiários conforme informações presentes no Quadro 1. No entanto, a área total da edificação incluindo as paredes é de 1.352,24 m². O roteiro de cálculo será exibido a seguir.

#### Tipo de edificação

D- Serviço profissional;

F- Reunião de público;





## J- Depósito.

Classificação: D-1; D-4; F-5; J-2.

**Altura:** Tipo I, edificação térrea – um pavimento

Quadro 1: Cálculo da população.

Quadro 1: Carcaro c	ia população.			
Ambiente	Ocupação	População	Área (m²)	N° de Pessoas
Administrativo	D-1	Uma pessoa por 7,0 m² de área (D)	253,34	36
Laboratórios	D-4	Uma pessoa por 7,0 m² de área (D)	482,26	69
Sala de Eventos	F-5	Uma pessoa por 1,0 m² de área (N)	75,59	53
Depósitos	J-2	Uma pessoa por 30,00 m² de área	17,63	1
			TOTAL	159

Fonte: Autor (2020).

#### **Notas:**

**(D)** Em ambientes classificados como prestação de serviços profissionais, a população é calculada em uma pessoa a cada 7,00 m², conforme estabelecido na Tabela 5 da NBR 9077/01.

(N) Para o cálculo da população, será admitido o leiaute dos assentos fixos (permanentes) apresentado em planta.

Para o cálculo das saídas de emergência foi utilizada a Equação (1):

$$N = \frac{P}{C} \tag{1}$$

Onde,

N= Número de Unidades de Passagem;

P= População, conforme (Tabela 5, NBR 9077/01);

C= Capacidade da Unidade de Passagem (Tabela 5, NBR 9077/01).

Para o dimensionamento, o cálculo da população para verificação de unidades de passagens deve ser feito por pavimento, isto é, considerar o de maior população de acordo com item 4.3.2. da NBR 9077/2001. Considerando a Tabela 5 - Dados para o dimensionamento das saídas:

- População (P) = 159 pessoas





- N (N° de und. de passagem) =  $159 \div 100 = 1,59 = 2$  U.P.

Porém, segundo a NPT 011, a largura de uma unidade de passagem é igual a 0,55 m, portanto, o dimensionamento dos vãos de aberturas é:

- Para acessos e descargas:  $L = 2 \times 0.55 = 1.10 \text{m}$ 

- Para portas:  $L = 2 \times 0.55 = 1.10 \text{m}$ 

## 4.1.5 Brigada de incêndio

O objetivo da brigada de incêndio é estabelecer as condições mínimas para a composição, formação, implantação e treinamento de pessoas para atuar no controle do princípio de incêndio. Nesse contexto, a intenção é atender situações de abandono de área e primeiros socorros nas edificações e áreas de risco, visando proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente até a chegada do socorro especializado.

A brigada de incêndio é constituída de acordo com a Tabela A.1 do Anexo A da NPT 017/2017, em que o número de brigadistas é calculado levando em consideração a área do pavimento, o grau de risco e os grupos e divisões de ocupação da edificação considerando a participação de pessoas de todos os setores. A Figura 13 demonstra a solicitação da NPT.

Figura 13: Composição da brigada de incêndio.

	D:		o	Área por	Nível de			
Grupo Divisão	Descrição	Grau de Risco	Até 250m²	Até 500m²	Até 750m²	Acima de 750m²	Treinamento (Anexo B)	
		Local para prestação de	leve	1	2	3	(nota 4)	Básico
		serviço profissional ou condução de negócios	moderado	1	2	3	(nota 4)	Intermediário
	D-2	Agência bancária	leve	1	2	3	(nota 4)	Básico
D		Serviço de reparação	leve	1	2	3	(nota 4)	Básico
	D-3	(exceto os classificados em G-4)		(nota 4)	Intermediário			
	D.4	Laboratório	leve	1	2	3	(nota 4)	Básico
	D-4 Laboratório moderado	1	2	3	(nota 4)	Intermediário		

#### Notas:

**4)** Quando a área de um pavimento ou compartimento for maior que 750m², será acrescido mais um brigadista para cada 1500m² para risco leve e mais um brigadista para cada 1000m² para risco moderado ou risco elevado.

Fonte: NPT 017 – Brigada de incêndio – Dimensionamento e orientações (2017).





Sendo a edificação classificada como D-4 (Serviços profissionais - laboratórios químicos), risco moderado e área acima de 1000 m², a Tabela A.1 da NPT 017/2017 define que o número de brigadistas até 750 m² é três, acrescido de um brigadista para cada 1.000 m², conforme nota 4.

Dessa forma, para a edificação em questão serão necessários quatro brigadistas. Seguindo instruções da Tabela A.1 da NPT 017/2017, os candidatos a brigadistas selecionados deverão frequentar o treinamento de nível intermediário, com carga horária total de 20 horas, definida na Tabela B.2 da NPT 017/2017, vislumbrando a fundamentação teoria e prática, conforme conteúdos estabelecidos pela Tabela B.1 da mesma norma.

## 4.1.6 Iluminação de emergência

Esta medida de segurança tem por objetivo prover a iluminação suficiente e adequada em caso de falta de energia ou iluminação natural nas áreas de circulação e, principalmente, rotas de saída, em conformidade com a NPT 018/2014.

O sistema de iluminação deste estabelecimento, será elaborado com o emprego de 18 (dezoito) luminárias ligadas a uma central de baterias que, em caso de falta ou interrupção do fornecimento de energia, alimentará as luminárias, que permanecerão acesas por um período mínimo de 60 minutos. As luminárias serão distribuídas seguindo as exigências da NPT 018/2018, considerando uma distância máxima entre si de 15 metros e entre o ponto de iluminação e a parede de 7,50 metros, garantindo nestes períodos um nível de iluminamento de 3 lux em locais planos e 5 lux em locais com desnível.

#### 4.1.7 Alarme de incêndio

A elaboração do sistema de alarme para este estabelecimento considera a utilização de uma central de alarme com dispositivo de teste dos equipamentos conectados. Desse modo, será localizada na área de recepção de forma a estar em constante vigilância e interligada a acionadores manuais tipo botoeira instalados próximos aos abrigos de hidrantes para atender a distância máxima a ser percorrida de 30 metros, conforme exigências da NPT 019/2012 — Sistema de detecção e alarme de incêndio do CBMPR.





O sistema terá duas fontes de alimentação, sendo a principal a rede elétrica da edificação e a auxiliar constituída por duas baterias de 12 V cada, com autonomia mínima de 24 horas em regime de supervisão. Quando em regime ativo, deverá garantir no mínimo 15 minutos de funcionamento dos avisadores audiovisuais ou o tempo necessário para o abandono da edificação.

Os acionadores manuais serão instalados a uma altura de 120 centímetros do piso acabado na cor vermelho segurança e os avisadores serão posicionados acima dos acionadores, e um deles no auditório, serão instalados a uma altura de 270 centímetros do piso acabado e interligados à central e aos acionadores através de eletroduto vermelho de 20 milímetros.

#### 4.1.8 Sinalização de emergência

A sinalização de emergência tem como finalidade garantir a orientação das ações de combate ao princípio de incêndio e facilitar a localização dos equipamentos e rotas de fuga para o abandono seguro da edificação em caso de sinistro (CBMPR, 2014). A sinalização de portas pertencentes à rota de fuga contendo o dístico "SAÍDA", ficará localizada imediatamente acima da porta, no máximo a 10 centímetros da verga. A sinalização de orientação das rotas de fuga nas circulações será instalada a 180 centímetros do piso acabado, devendo assinalar todas as mudanças de direção, saídas, escadas, entre outros, de forma que na direção da saída de qualquer ponto seja possível visualizar o ponto seguinte, respeitando o limite máximo de 30 metros.

Todos os extintores e hidrantes possuirão sinalização afixada na parede com altura mínima de 180 cm em relação ao nível do piso acabado, contendo o indicativo do equipamento de proteção.

#### 4.1.9 Extintores de incêndio

Esta medida de segurança visa distribuir equipamentos na edificação para munir os brigadistas para o combate ao princípio de incêndio através de extintores portáteis ou sobre rodas. E define, pela NPT 021/2014 – Sistema de proteção por extintores de incêndio, que a





distância de caminhamento entre dois extintores, para uma edificação classificada como risco moderado, não deve ultrapassar a 20 metros.

Logo, para realizar a proteção móvel da edificação nas áreas em geral, serão empregados 9 (nove) extintores de pó químico seco do tipo ABC de 6 Kg com capacidade extintora mínima de 2-A:20-B:C e para proteção de central de gás liquefeito de petróleo (GLP), quadros elétricos e casa de máquinas serão distribuídos 4 (quatro) extintores de pó químico seco de 4Kg com capacidade extintora mínima de 20-B-C.

#### 4.1.10 Sistema de hidrantes

A distribuição e quantidade de hidrantes de uma edificação é determinada de forma que qualquer ponto da área a ser protegida possa ser alcançado para a aplicação desta medida a NPT 022/2015 — Sistemas de hidrantes e mangotinhos para o combate a incêndio deve ser consultada. Na Tabela 2 desta norma, consta a aplicabilidade dos tipos de sistemas em função da ocupação, conforme apresentado na Figura14.

Figura 14: Aplicabilidade dos tipos de sistemas conforme ocupação.

CLAS	SSIFIC	AÇÃO DAS	EDIFICAÇ	ÕES E ÁREAS DE RISCO	CONFORME TABELA 1	DO CSCIP-CB/PMPR												
ÇÕES	А	A-2 e A-3		A-2 e A-3		-1	*	-										
OCUPAÇÕES	В	-		-		-		-		-		-		-		B-1 e B-2	-	-
0	С	C-	-1	C-2 (até1000 MJ/m²) e C-3	C-2 (acima de 1000 MJ/m²)	-												
	D	D-1, D-2, (até 300		D-1, D-2, D-3 e D-4 (acima de 300 MJ/m²)	-	-												
SIST	ЕМА	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4 <sup>(2)</sup>	Tipo 5 <sup>(1,2)</sup>												

Fonte: Tabela 2 – Aplicabilidade dos tipos de sistemas em função da ocupação/uso – NPT 022 (2015).

Após essa verificação, é definido o tipo de sistema, que será utilizado na edificação, se o hidrante será simples ou duplo, diâmetros nominais da mangueira e do esguicho e, principalmente, vazão e pressão mínima a ser garantida pelo sistema conforme Figura 15.

Para a edificação em questão, serão distribuídos dois pontos de hidrantes a serem localizados um na recepção e, o outro, em frente à "Copa 02", para que qualquer ponto da área a ser protegida, seja atendida por no mínimo um esguicho. Ademais, devem ter contato visual





sem barreiras físicas a qualquer parte do ambiente após adentrar pelo menos um metro em qualquer compartimento.

**Figura 15:** Tipos de sistemas de proteção por hidrantes.

	Esguicho		gueiras de	Incêndio	Número		
Tipo	Regulável	DN	Comprimento <sup>2</sup>		de	Vazão mínima (I/min) <sup>3</sup>	Pressão mínima (mca)⁴
	(DN)	DN	Interno	Externo	Expedições¹	, í	, ,
1	25	25	30	60	simples	100	10
2	40	40	30	60	simples	150	10
3	40	40	30	60	simples	200	10
4	40	40	30	60	simples	300	10
-	65	65	30	60	simples	300	10
5	65	65	30	60	duplo	600	10

Fonte: Tabela 1 – Tipos de sistemas de proteção por hidrantes – NPT 022 (2015).

Sendo a edificação classificada como D-4, risco moderado, deverá atender a vazão e pressão mínima, respectivamente, de 200 l/min e 10 m.c.a., durante o uso simultâneo dos dois hidrantes.

Os abrigos de hidrantes deverão ser metálicos, pintados na cor vermelha e possuírem o dístico "HIDRANTE" na parte central da porta do abrigo em fundo branco e letras vermelhas. Os abrigos devem contemplar os seguintes materiais: um registro de globo 45°, duas mangueiras de 15 metros com esguicho regulável e duas chaves *storz* para mangueira.

O volume da reserva técnica de incêndio (RTI) é definido através da Tabela 4 da NPT 022/2015, que relaciona o tipo de sistema de hidrantes adotado anteriormente com a área de risco a ser protegida. Para este estabelecimento será utilizado um reservatório de polietileno elevado a 7 metros, com capacidade total de 15 m³, sendo que deste total 12 m³ serão destinados a RTI, conforme exigências apresentadas na Figura 16.

**Figura 16:** Volume da reserva de incêndio.

	ÁREA DA EDIFICAÇÃO E/OU ÁREA DE RISCO										
Tipo de Sistema	Até 2.500m²	Acima de 2.500m² até 5.000m²	Acima de 5.000m² até 10.000m²	Acima de 10.000m² até 20.000m²	Acima de 20.000m² até 50.000m²	Acima de 50.000m²					
Tipo 1	5m³	8m³	12m³	18m³	25m³	35m³					
Tipo 2	8m³	12m³	18m³	25m³	35m³	48m³					
Tipo 3	12m³	18m³	25m³	35m³	48m³	70m³					
Tipo 4	28m³	32m³	48m³	64m³	96m³	120m³					
Tipo 5	32m³	48m³	64m³	96m³	120m³	180m³					

Fonte: Tabela 4 – Volume mínimo da reserva de incêndio – NPT 022 (2015).





# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente considerar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados de acordo à legislação e normas pertinentes. Sendo assim, a classificação da edificação resultou como sendo do grupo D, divisão D-4, Tipo I - Edificação térrea e risco moderado. A partir da classificação, foram determinadas as medidas de segurança exigidas, conforme o CSCIP do CBM-PR (2018).

As medidas de segurança constatadas para este estabelecimento foram acesso de viatura, segurança estrutural contra incêndio, controle de materiais de acabamento, saídas de emergência, brigada de incêndio, iluminação de emergência, sistema de alarme de incêndio, sinalização de emergência, extintores de incêndio e sistema de proteção por hidrantes.

Ao findar esta pesquisa, é possível constatar que a prevenção e o combate a incêndio nas edificações não abrangem somente a atuação dos profissionais da área de engenharia para dimensionar os sistemas, mas também, é necessário o comprometimento dos responsáveis pela ocupação da edificação e, sobretudo, o constante aperfeiçoamento dos órgãos fiscalizadores no interesse comum de minimizar as chances de ocorrências de incêndio, visando proteger principalmente a vida.

No que tange às questões de normatização, o Brasil avançou bastante nos últimos anos, todavia, estes avanços estão atrelados a diversas ocorrências, que subtraíram muitas vidas. Diante disso, é necessário que todos os profissionais, os quais possuem essa atribuição, trabalhem para que estas situações não sejam recorrentes.

Ademais, no Brasil hoje, as leis, decretos, normas técnicas e portarias, são apresentadas de maneira bastante diversificada, principalmente a nível estadual. De modo geral, algumas legislações são mais detalhadas, rigorosas e mais recentes do que outras, como por exemplo, do estado do Paraná, Minas Gerais e de São Paulo, cujas são referências no país. No entanto, outras são um tanto desatualizadas, como é o caso, por exemplo, da legislação do estado do Maranhão.

Nesse contexto, se a legislação permanecer muito tempo sem uma revisão, consequentemente estará incompleta perante as demais, que sempre agregam em cada atualização maior segurança aos ocupantes das edificações. Contudo, não existe uma legislação unificada e esse fato deixa espaços para interpretações variadas, que resultam em erros e aumentam significativamente os riscos.





É preciso considerar que a área de prevenção contra incêndios em edificações, é um mercado de trabalho promissor, o qual tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Portanto, deve ser tratado com responsabilidade e seriedade, assim como qualquer outro, mas acima de tudo, por estar relacionado diretamente à segurança que o estabelecimento proporciona ao usuário.

Todas as medidas de segurança têm sua parcela de importância na composição da edificação. Dessa forma, permitem ou facilitam o acesso do socorro especializado, garantindo que a estrutura da edificação resista tempo suficiente para que seja feita a evacuação das pessoas. Assim, no momento do sinistro, as pessoas serão guiadas até as saídas pela iluminação e sinalização de emergência, além disso, é importante o treinamento de algumas pessoas, que prestarão os primeiros socorros e combaterão os princípios de incêndio através de proteção fixa e móvel. A intenção é vislumbrar o objetivo maior que é garantir a segurança de todos.

## REFERÊNCIAS

AITA, J. C. L.; PEIXOTO, N. H. **Prevenção e Combate a Sinistros.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria III, Rede e-Tec Brasil IV, 2012. Disponível em: <a href="http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos\_seguranca/segunda\_etapa/prevencao\_combate\_sinistros.pdf">http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos\_seguranca/segunda\_etapa/prevencao\_combate\_sinistros.pdf</a>. Acesso em 30 mar. 2020.

BEDNARCZUK, E. **Avaliação do sistema de proteção contra incêndio de um empreendimento já existente – caso de uma empresa de painéis compensado multilaminado**. Ponta Grossa: UTFPR, 2013. Disponível em: <a href="http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8902">http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8902</a>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Condições de segurança contra incêndio.** Brasília: Anvisa, 2016. Disponível em: <a href="http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/incendio.pdf">http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/incendio.pdf</a>. Acesso em 25 mar. 2020

BRENTANO, T. **Instalações hidráulicas de combate a incêndios nas edificações**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p.450.

BUCKA. **Classes de incêndio e seus extintores**. São Paulo, 2014. Disponível em: <a href="https://www.bucka.com.br/classes-de-incendio-e-seus-extintores/">https://www.bucka.com.br/classes-de-incendio-e-seus-extintores/</a>. Acesso em 20 abr. 2020.

CASSOL, G.; DENARDI, S. **Elaboração do projeto de prevenção contra incêndio e pânico em uma escola no município de Pinheiro Preto** – **SC**. Caçador: UNIARP, 2018. Disponível em: <a href="https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ignis/article/viewFile/1816/932">https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ignis/article/viewFile/1816/932</a>. Acesso em 21 abr. 2020.





CHAGAS, M. Propostas para instalação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico da escola estadual professor Wanderley Ferreira de Rezende no município de Carmo da Cachoeira-MG. Minas Gerais: UNIS, 2018. Disponível em: <a href="http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/691">http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/691</a>. Acesso em 20 mar. 2020.

COSTA, L. **Seminário prevenção contra incêndio**. Piauí: FATESP, 2016. Disponível em: <a href="https://www.slideshare.net/LeticiaCosta2/seminrio-preveno-contra-incndio">https://www.slideshare.net/LeticiaCosta2/seminrio-preveno-contra-incndio</a>. Acesso em: 16 mar. 2020.

FAGUNDES, F. **Plano de prevenção e combate a incêndios: estudo de caso em edificação residencial multipavimentada.** Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <a href="http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2168/TCC%20-ENG.%20SEG.%20TRAB.-%20F%c3%81BIO%20FAGUNDES.pdf?sequence=1">http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2168/TCC%20-ENG.%20SEG.%20TRAB.-%20F%c3%81BIO%20FAGUNDES.pdf?sequence=1</a>. Acesso em 31 mar. 2020.

GOMES, T. **Projeto de prevenção e combate a incêndio**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2014. Disponível em: <a href="http://www.ct.ufsm.br/engcivil/images/PDF/2\_2014/TCC\_TAIS%20GOMES.pdf">http://www.ct.ufsm.br/engcivil/images/PDF/2\_2014/TCC\_TAIS%20GOMES.pdf</a>. Acesso em 18 mar. 2020.

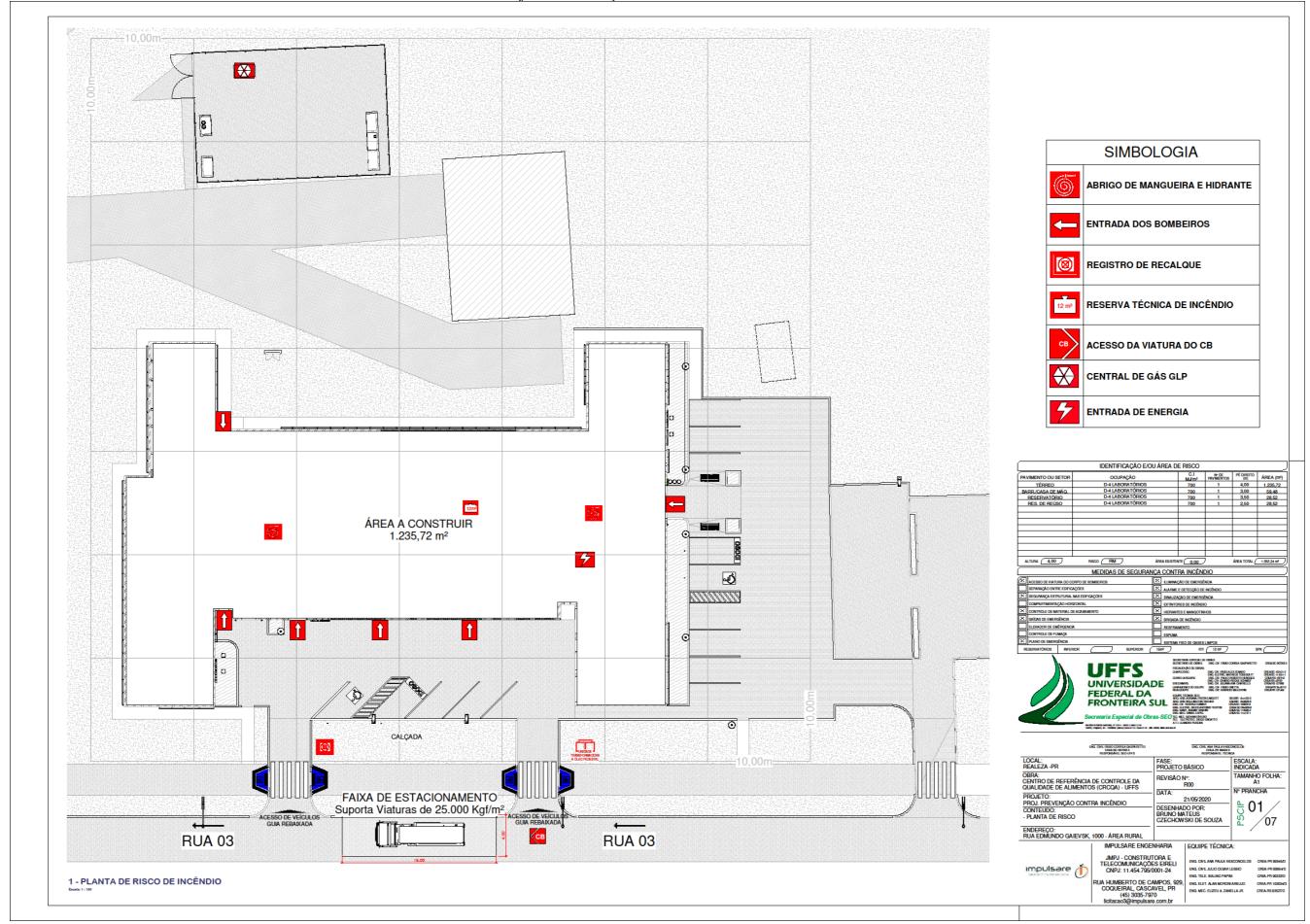
GOIÁS, Corpo de Bombeiros Militar. **Fundamentos de combate a incêndio**. Goiânia: 1ª edição 2016. Disponível em: <a href="https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/cbmgo-1aedicao-20160921.pdf">https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/cbmgo-1aedicao-20160921.pdf</a>. Acesso em 15 abr. 2020.

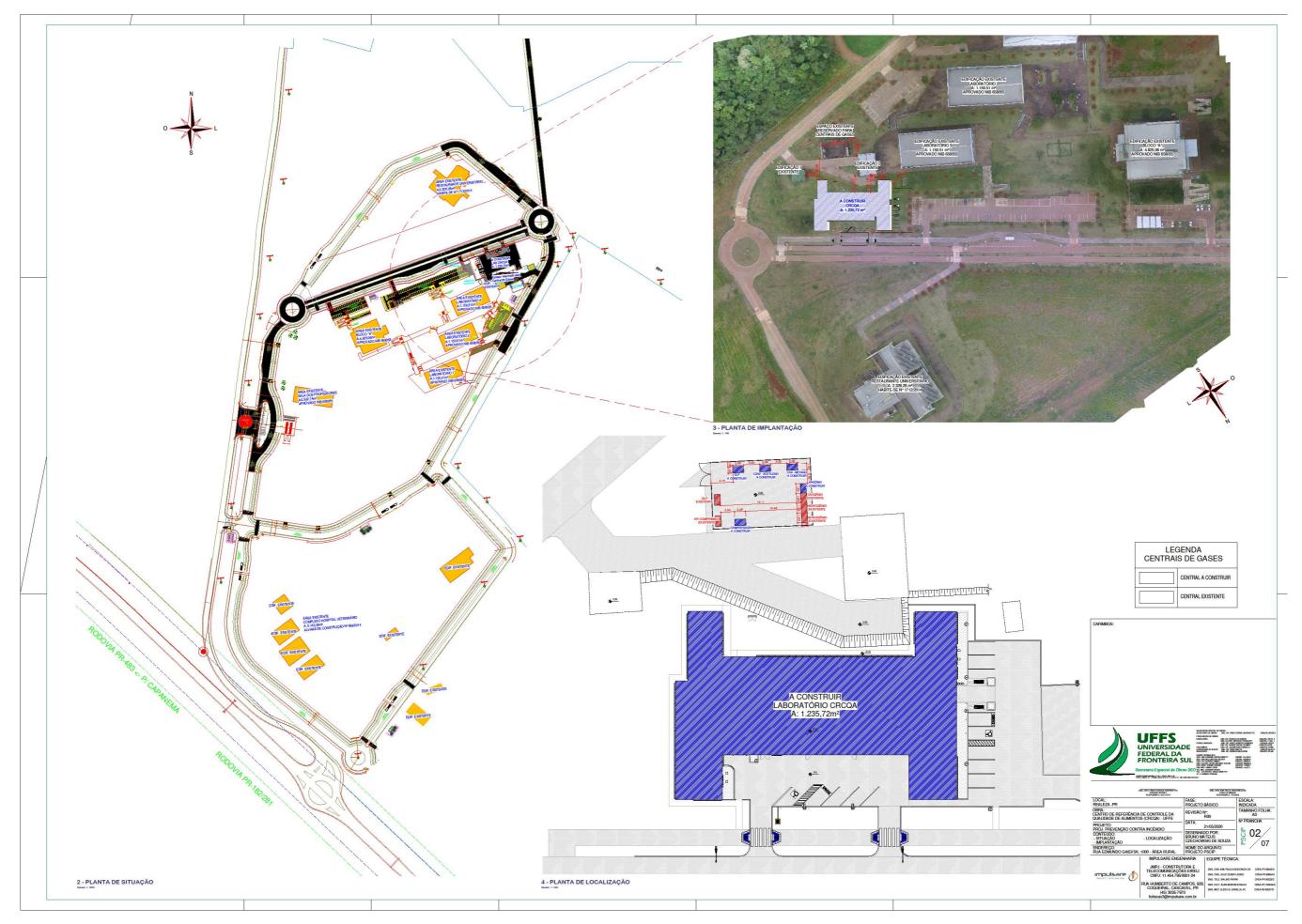
ONO, R. Parâmetros para garantia da qualidade do projeto de segurança contra incêndio em edifícios altos: Ambiente Construído. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 97-113, 2007.

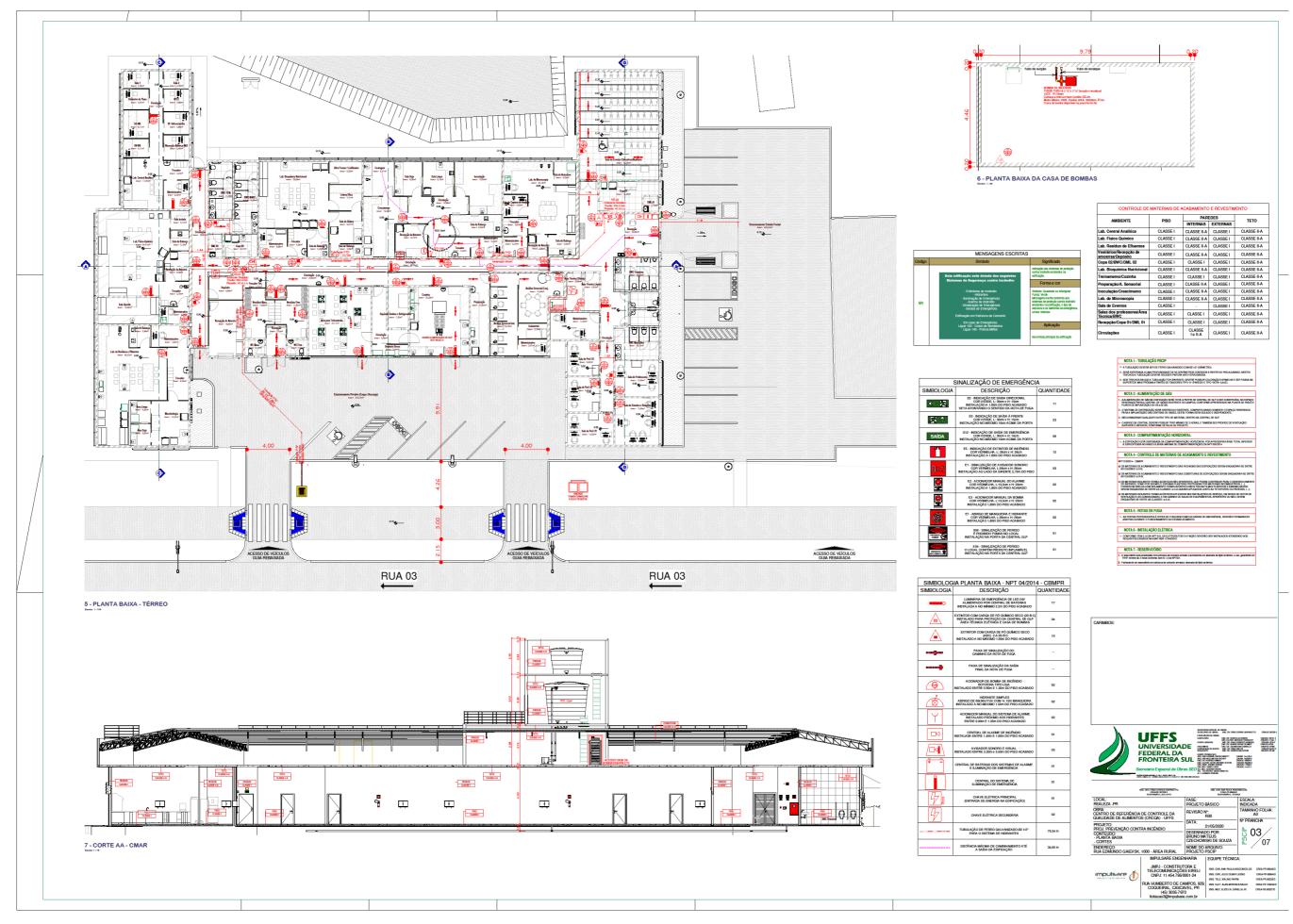
PARANÁ, Corpo de Bombeiros Militar. **Orientações de Segurança - Fogo.** Curitiba: CBMPR, 2018. Disponível em: <a href="http://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Fogo">http://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Fogo</a>. Acesso em 06 abr. 2020.

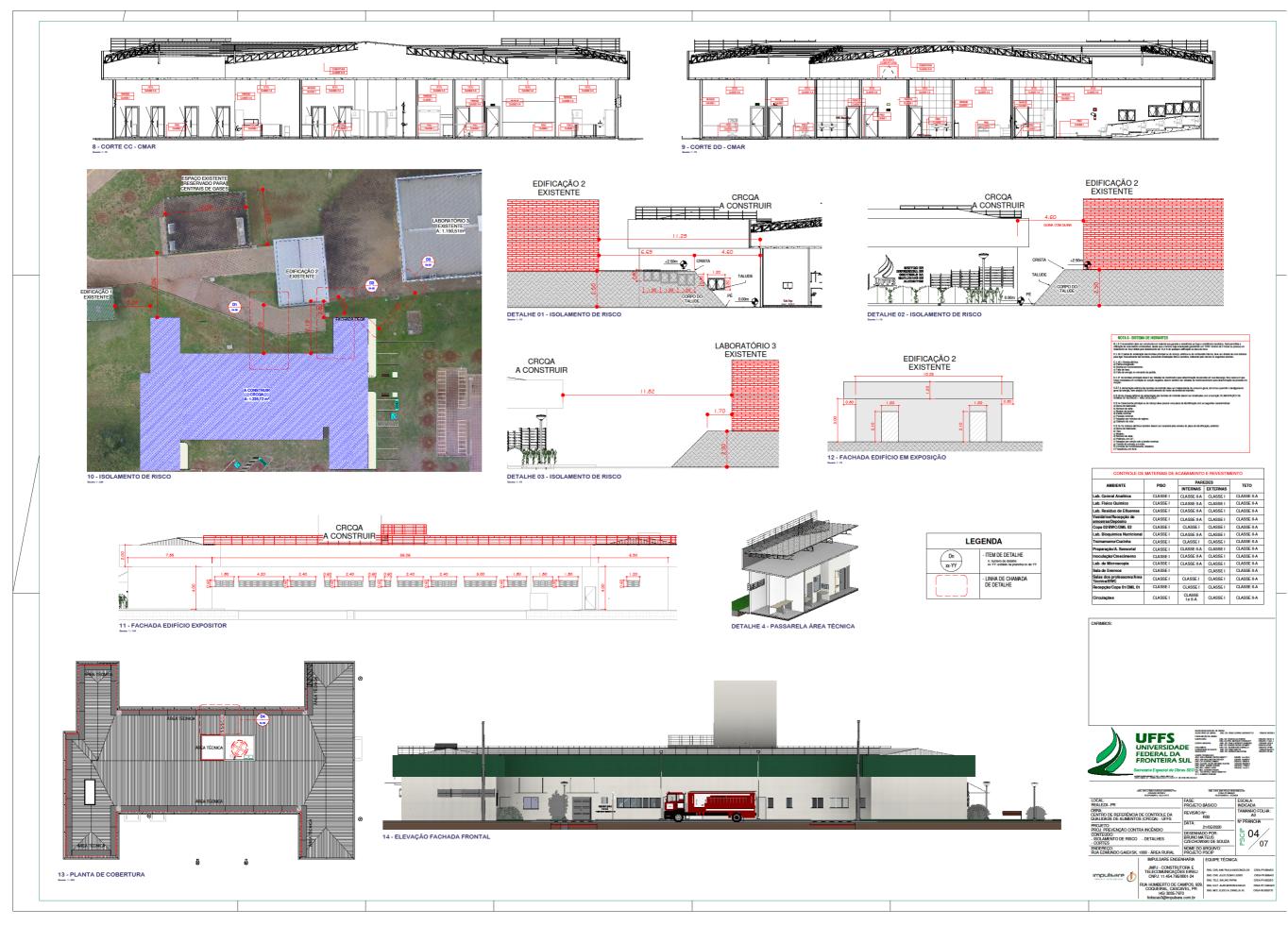
PARANÁ, Corpo de Bombeiros Militar. **Manual de prevenção e combate a princípios de incêndio.** Curitiba: CBMPR, 2013. Disponível em: <a href="http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2015/cursobrigada/modulo6\_co">http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2015/cursobrigada/modulo6\_co</a> mbateincendios.pdf. Acesso em 06 abr. 2020.

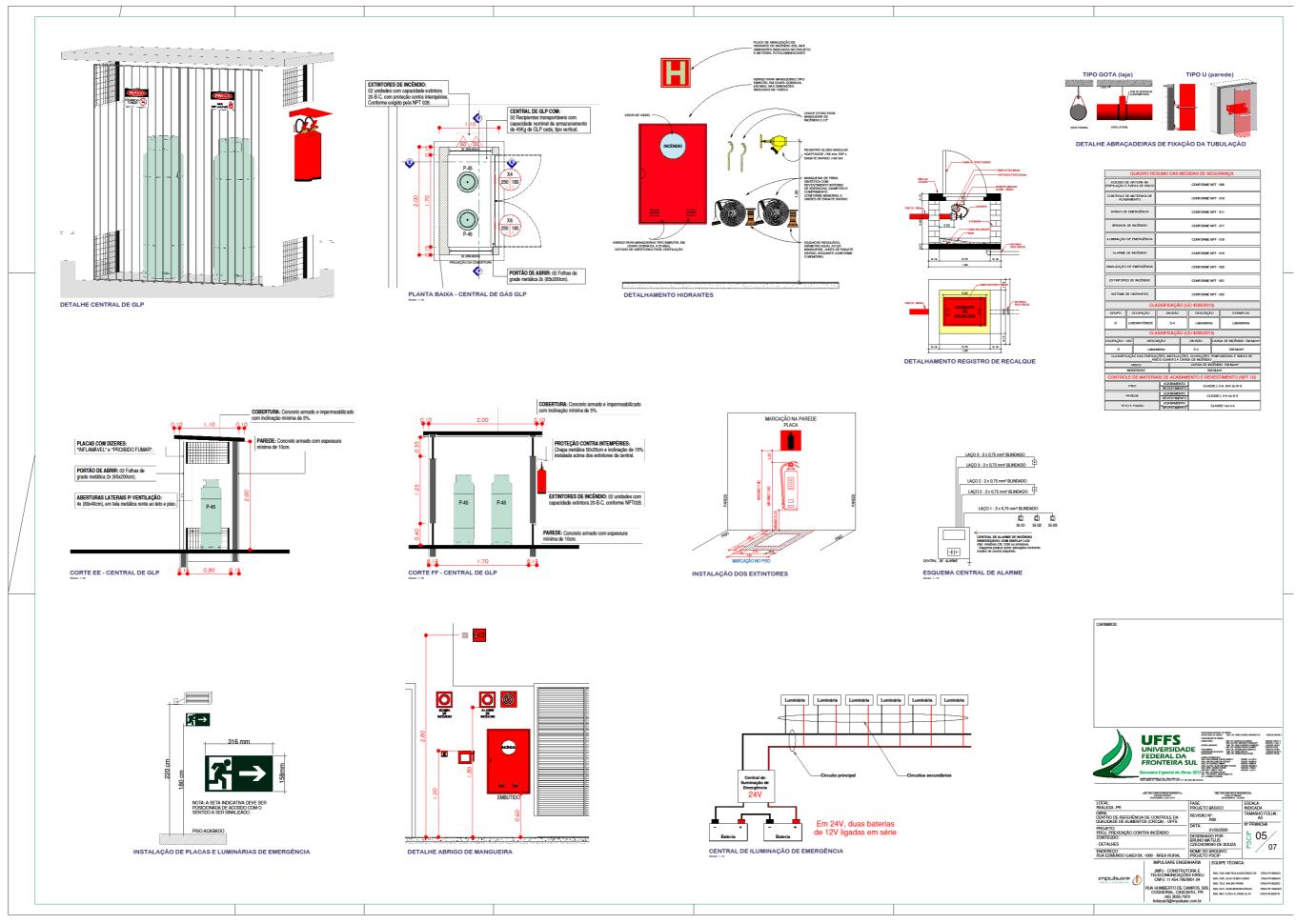
RICHA, L. W. Dimensionamento do sistema de combate a incêndio de uma base de armazenamento de combustíveis. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. Disponível em: http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10030902.pdf. Acesso em 15 abr. 2020.

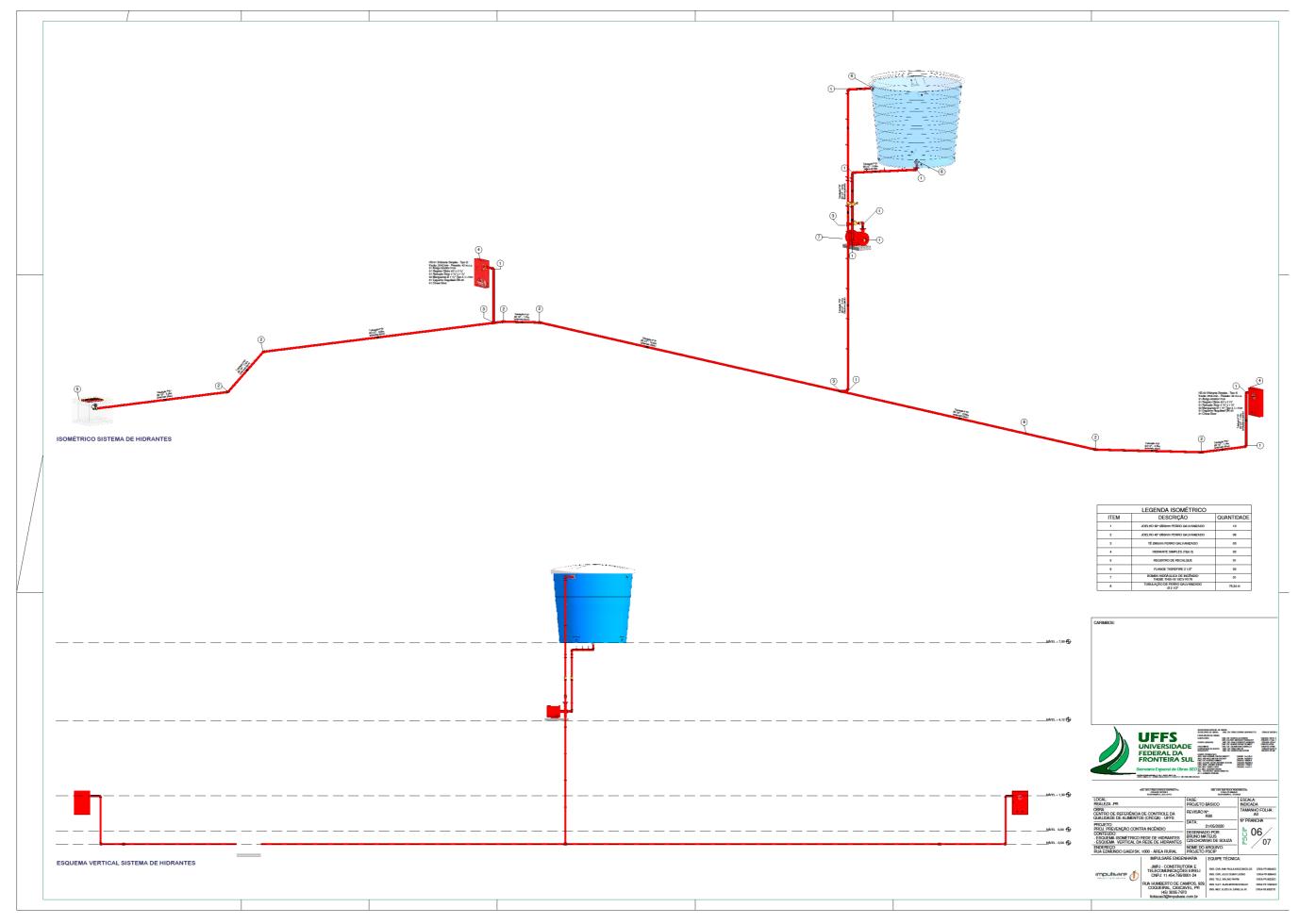


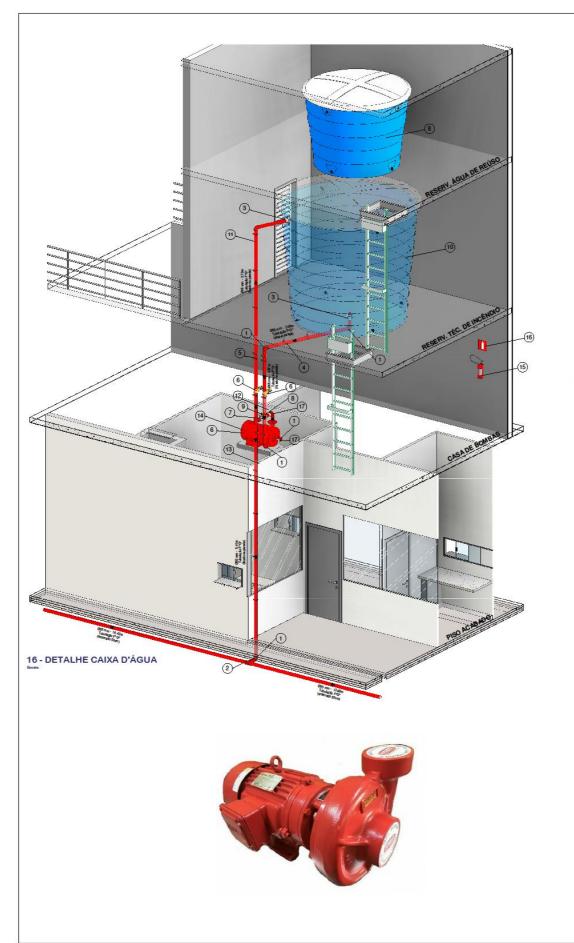


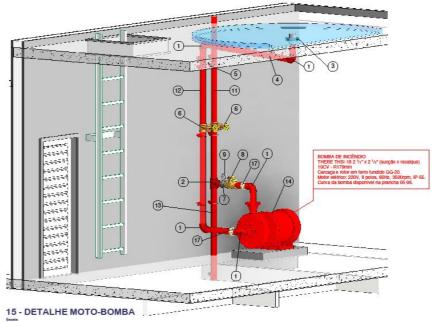




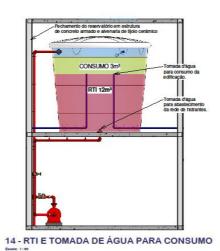




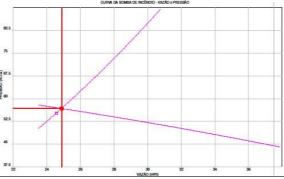




ITEM.	DECODIO I O
ITEM	DESCRIÇÃO
01	JOELHO 90 Ø65mm FERRO GALVANIZADO
02	TÊ Ø65mm FERRO GALVANIZADO
03	FLANGE TIGREFIRE Ø2 1/2*
04	ABRAÇADEIRA TIPO GOTA Ø2 1/2*
05	ABRAÇADEIRA TIPO "U" Ø2 1/2"
06	REGISTRO GAVETA BRUTO AÇO GALVANIZADO Ø2 1/2
07	TÊ DE REDUÇÃO EM AÇO GALVANIZADO ROSCA BSP
08	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL Ø2 1/2*
09	MANÔMETRO 2 1/2°
10	RESERVATÓRIO DE ÁGUA FRIA CAPACIDADE 15m <sup>3</sup> COM RESERVA TÉCNICA DE INCÊNDIO 12m <sup>3</sup>
11	TUBULAÇÃO DE RETORNO PARA TESTE PERIÓDICO DA BOMBA DE INCÊNDIO (Item 5.10.6.3 NPT022)
12	TUBULAÇÃO DE ABASTECIMENTO DA REDE
13	TUBULAÇÃO DE RECALQUE PARA O SISTEMA
14	BOMBA HIDRÁULICA DE INCÊNDIO THEBE THSI-18 10CV R179
15	EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO SECO DO TIPO BC
16	PLACA DE SINALIZAÇÃO E5 - EXTINTOR DE INCÊNDIO
17	UNIÃO ACO GALVANIZADO Ø2 1/2"







	IDENTIFICAÇÃO	E/OU ÁREA D	E RISCO				
PAVIMENTO OU SETOR	OCUPAÇÃO		C.I MJ/m²	Nº DE PAVIMENTOS	PÉ DIREITO	ÁREA (mF)	
TÉRREO	D-4 LABORATÓRIO	700	11	4,00	1.235,72		
BARR/CASA DE MÁQ.	D-4 LABORATÓRIOS		700	- 1	3.00	59.48	
RESERVATÓRIO	D-4 LABORATÓRIOS		700	1	3,50	28.52	
RES. DE REÚSO	D-4 LABORATÓRIO	S	700	1	2,50	28,52	
ALTURA (4,00)	RISCO (FBM)	ĀŖĘĄ ĘXISTĘ	NTE (0.00	7	AREA TOTAL (	1.252,24 m²	
	MEDIDAS DE SEGUE	RANÇA CONT	RA INCÊN	DIO			
ACESSO DE VIATURA DO CORP	O DE VIATURA DO CORPO DE BOMBEIROS		X LUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA				
SEPARAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES		X ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO					
X SEGURANÇA ESTRUTURAL NAS	SEGURANÇA ESTRUTURAL NAS EDIFICAÇÕES		SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA				
COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL		EXTINTORES DE INCÉNDIO					

_		SEGURANÇA CONTRA INCENDIO
Æ	ACESSO DE VIATURA DO CORPO DE BOMBEIROS	ELIMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
_	SEPARAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES	X ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO
×	SEGURANÇA ESTRUTURAL NAS EDIFICAÇÕES	SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL	EXTINTORES DE INCÉNDIO
×	CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO	X HIDRANTES E MANGOTINHOS
×	SAÍDAS DE EMERGÊNCIA	BRIGADA DE INCÊNDIO
	ELEVADOR DE EMÊRGENCIA	RESFRIAMENTO
	CONTROLE DE FUMAÇA	ESPLIMA
×	PLANO DE EMERGÊNCIA	SISTEMA FIXO DE GASES LIMPOS
B	ESERVATÓRIOS INFERIOR	SUPERIOR (15m²) RTI (12 m²) SPK
_		



LOCAL: REALEZA -PR REALEZA-PR
OBRA:
CENTRO DE REFERÊNCIA DE CONTROLE DA
CUALIDADE DE ALIMENTOS (CRCQA) - UFFS
PROJETO:
PROJ. PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
CONTEUDO:
- DETALHES TAMANHO FOLHA: A1 N° PRANCHA © 07 07

impulsare